

3º ENCONTRO CONEXÃO MULHERES E ECONOMIA - CM&E

RESUMO EXPANDIDO

Área Temática: Economia Feminista

ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL: PERÍODO PÓS PANDEMIA

Bruna Fonseca de Pinho¹

Blanca Gamarra Lila Morel²

Vívian dos Santos Queiroz Orellana³

Resumo: Este estudo compreende uma revisão de literatura da igualdade de gênero no Brasil, após o período da pandemia. A partir de dados relacionados a violência de gênero (meta 5.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS) fornecidos pelo Fórum de Segurança Pública de 2020 a 2022. Diante do exposto, foi possível notar um aumento expressivo nos crimes de gênero no território brasileiro.

Palavras-chave: Gênero, Violência, Pandemia.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) é necessário focar em diversas áreas para proporcionar melhores condições de vida à população global, dentre estas a inclusão social sem desigualdades. Nesse contexto, em setembro de 2015, 193 países-membros das Nações Unidas criaram uma nova agenda: “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” com 17 objetivos e 169 metas com prazo de janeiro de 2016 a dezembro de 2030. Apesar de ser considerado um plano ávido,

¹ Bruna Fonseca de Pinho. Mestranda em Economia Aplicada (PPGE/ FURG). Universidade Federal do Rio Grande. bfonsecapinho@gmail.com.

² Blanca Lila Gamarra Morel. Doutora em Economia (PUCRS). Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: blancagamarra@yahoo.com.br

³ Vívian dos Santos Queiroz Orellana. Doutora em Economia (UFRGS). Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: viviansq13@gmail.com

Monteiro (2020) explica que a agenda procura diminuir as desigualdades dentro e entre os países promovendo oportunidades que gerem mudanças significativas.

O foco deste estudo é a meta 5.2 do quinto objetivo da ONU que visa a eliminação de todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, acrescentando interseccionalidades brasileiras, como raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas (IPEA, 2019). Sendo assim, surge a importância de analisar os avanços desta meta no período sucessor à pandemia, para promover ações assertivas que combatam a violência de gênero no país.

2 MÉTODO

Para alcançar o objetivo proposto neste estudo foi realizada uma revisão de literatura. O estudo analisa a meta relacionada à igualdade de gênero no cenário pós pandemia sob a violência de gênero. Os dados utilizados são do Fórum de Segurança Pública dos anos de 2020, 2021 e 2022.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil possui 14 indicadores para avaliar a ODS 5, mas muitos ainda não possuem dados. Os indicadores são uma importante ferramenta para analisar o andamento das metas (IBGE, 2022). O Relatório Luz (GT Agenda 2030) explica que os resultados negativos dos ODS no Brasil foram intensificados pelo impulsionamento das desigualdades.

A meta 5.2 trata a respeito da violência de gênero e apesar de sua importância para uma análise detalhada de combate à desigualdade de gênero, o indicador desta meta não possui dados, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dificultando a análise sobre o avanço dessa meta no país. Conforme o GT Agenda (2023), esta meta está em retrocesso desde a primeira edição do Relatório Luz em 2017, em virtude da escassez de dados.

Segundo o Fórum de Segurança Pública (2021) no primeiro ano da pandemia os casos de violência doméstica e sexual aumentaram. Os chamados de violência doméstica atingiram 1

a cada minuto em 2020, com mais de meio milhão de denúncias telefônicas. O número de MPUs (Medidas Protetivas de Urgência) atingiu 294.440. Os registros de feminicídio atingiram mais mulheres entre 18 e 44 anos (74,7%) e negras (61,8%), mortas em grande parte por companheiros e ex-companheiros (81,5%), seguido por outros parentes (8,3%). Os estados que apresentaram maiores taxas de feminicídio por 100 mil mulheres foram Mato Grosso (3,6), Mato Grosso do Sul (3) e Acre (2,7), enquanto as menores taxas foram registradas no Ceará (0,6), Rio Grande do Norte (0,7) e São Paulo (0,8). Em 2020, a maior parte das vítimas morreram em residências, seguido por outros e via pública, onde o pico de incidência foi no período noturno.

Os dados a respeito da violência sexual demonstram que em 2020 houve 60.460 estupros, onde 86,9% das vítimas foram mulheres. A maioria das vítimas (85,2%) foram atacadas por um conhecido. Os resultados mostram que 73,7% das vítimas eram vulneráveis, cerca de 60,65% tinham faixa etária de até 13 anos. Os estados que apresentaram as maiores taxas de estupro foram Mato Grosso do Sul (68,9), Roraima (66,9) e Paraná (52,0). Os registros de violência contra a população LGBTQI+ tiveram um aumento entre 2019 e 2020 de 20,9% nos casos de agressões e 24,7% nos casos de homicídios por estados. Ainda há uma defasagem nos dados a respeito dos crimes violentos em virtude da orientação sexual. O mesmo aconteceu para os casos de racismo que aumentaram em 29,8%. O estado do Rio Grande do Sul foi o que apresentou o maior número de casos de racismo.

Os dados do Fórum de Segurança Pública (2022) para o ano de 2021 demonstram que houve crescimento da violência contra a mulher. Foram registrados 230.861 casos de agressões por violência doméstica e 597.623 por ameaças. Foram concedidas 370.209 mil MPUs. O feminicídio atingiu 68,7% das mulheres entre 18 e 44 anos e 62% dessas mulheres eram negras. Os responsáveis pelo crime foram companheiros/ex-companheiros (81,7%) e outros parentes (14,4%). Cerca de 65,6% das vítimas foram mortas nas suas residências. Os três estados que tiveram a maior taxa de feminicídio foram Acre, Mato Grosso do Sul e Tocantins (2,6), seguidos por Mato Grosso (2,4) e Piauí (2,2), já os com menores taxas foram São Paulo (0,6), Ceará (0,7), Amapá e Rio de Janeiro (0,9). O surgimento de novos casos de perseguição (*stalking*)

também marcaram 2021, ano em que as medidas de restrição à *Covid-19* foram mais amenizadas devido ao surgimento da vacina.

Em 2021 foram registrados 66.020 estupros, onde 88,2% foram do sexo feminino. A maioria das vítimas (79,6%) foram atacadas por um conhecido. Os resultados mostram que 75,5% das vítimas eram vulneráveis e 61,3% tinham até 13 anos. As maiores taxas de estupro foram registradas em Mato Grosso do Sul (68,9), Roraima (66,9) e Paraná (52,0). Os registros de violência contra a população LGBTQI+ tiveram um aumento expressivo. A taxa de estupros atingiu 88,4%. Os casos de agressões atingiram 35,2% enquanto os de homicídios, 7,2%. Neste novo relatório nota-se a implementação de dados a respeito de vítimas de estupro por causa da orientação sexual. Os casos de racismo também aumentaram, em 31%. O Rio Grande do Sul manteve-se com o maior número de casos de racismo.

O ano de 2022 teve o maior registro de estupros da história de pesquisas do Fórum de Segurança Pública (2023). Foram 74.930 vítimas, representando um crescimento de 8,2% em relação a 2021. Deste total, 56.820 foram estupros de vulnerável, onde a maioria das vítimas foram mulheres (88,7%) e negras (56,8%). As principais vítimas foram crianças na faixa etária de 0 a 13 anos (61,4%). Os locais onde mais aconteceram as agressões foram nas residências (68,3%) e vias públicas (9,4%), realizados por conhecidos (86,1%) e familiares (64,4%). Os dados sobre racismo mostram que o Rio Grande do Sul apresentou a maior taxa. Quanto aos casos de agressões e estupro, os estados com mais casos foram Pernambuco, Minas Gerais e Ceará. Já os registros de homicídio ocorreram em Pernambuco, Ceará e Alagoas.

A violência contra a mulher também cresceu. Foram registradas 245.713 agressões por violência doméstica e 613.529 ameaças. Foram concedidas 445.456 MPUs. O feminicídio atingiu 71,9% das mulheres entre 18 e 44 anos e 61,1% dessas mulheres eram negras, mortas por companheiros (53,6%), ex-companheiros (19,4%) e pessoas da família (10,7%). A cada 10 mulheres, 7 foram mortas dentro de suas casas. Os três estados que tiveram a maior taxa de feminicídio foram Roraima (3,1), Mato Grosso do Sul (2,9) seguido por Acre e Mato Grosso (2,6). Já os com menores taxas foram São Paulo (0,6), Ceará (0,7), Amapá e Rio de Janeiro (0,9), enquanto os estados com menores taxas foram Ceará (0,6), Rio Grande do Norte e São

Paulo (0,9) e Roraima (1,0). Os registros de *stalking* também aumentaram para 56.560 em 2022.

É possível notar que após a pandemia, os casos de violência doméstica e estupro, onde muitas das vítimas foram mulheres e crianças aumentaram. Este é um resultado alarmante, pois mostra como a meta de redução de violência de gênero contra todas as mulheres e meninas está em completo retrocesso. A desigualdade racial e sexual também mostra o descaso do país com estas parcelas da população à medida que registros de racismo crescem todos os dias, e dados referentes aos LGBTQI+ não são coletados de maneira suficiente para atender este grupo que também sofre discriminação racial e de gênero em conjunto com a de orientação sexual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os crimes relacionados ao gênero cresceram expressivamente no país. Alguns desses resultados podem ser explicados pelo retorno da circulação da população, mas sobretudo pela desigualdade social e de gênero do país. Portanto, é necessário criar indicadores específicos para analisar essas situações, para que políticas públicas eficazes possam ser acionadas para atingir não somente esta meta, mas as demais metas pertencentes ao ODS 5.

REFERÊNCIAS

- Fórum de Segurança Pública.** Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/>> Acesso em: 20 out. 2023.
- GT AGENDA 2030. **Relatório Luz 2023.** Disponível em: <<https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-do-desenvolvimento-sustentavel-no-brasil-2023/>>. Acesso em: 22 out. 2023.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Brasileiros para ODS.** Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>>. Acesso em: 02 ago. 2022.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **ODS 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas: o que mostra o retrato do Brasil?** Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190905_cadernos_ODS_objetivo_5.pdf> Acesso em: 23 out. 2023.
- MONTEIRO, B.R. Indicadores de monitorização e desempenho nas unidades de saúde familiar e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na saúde (ODS 3): uma análise comparada em Portugal no período de 2013-2018. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(4):1221-1232, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/MJHfV8rxXRPPDPxGDkRysFw/?format=html&lang=pt>> Acesso em: 10 out. 2023.